

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

3º QUADRIMESTRE/2019

Período: janeiro a dezembro de 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o artigo 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, **DECIDE:**

- 1) **APROVAR** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao 3º quadrimestre de 2019, na forma de suas tabelas I, II e III;
- 2) **TORNAR PÚBLICO** o referido relatório, que será publicado no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas e disponibilizado, para acesso ao público, no Portal da Transparência (<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/sic/#>), na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000; e
- 3) **INFORMAR** que todas as tabelas deste Relatório seguem os modelos estabelecidos na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda por meio da Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2020.



Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
Conselheiro Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TABELA I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE/2019

Período: janeiro a dezembro de 2019

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) 3	
	LIQUIDADAS													
	Janeiro 2019	Fevereiro 2019	Março 2019	Abril 2019	Maió 2019	Junho 2019	Julho 2019	Agosto 2019	Setembro 2019	Outubro 2019	Novembro 2019	Dezembro 2019		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (g)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.389.743,18	19.500.689,53	19.750.150,61	19.392.682,04	19.266.919,93	19.071.953,09	27.260.930,04	20.723.062,58	20.500.700,10	20.548.160,34	20.371.198,23	34.940.119,63	263.776.309,30	466.404,07
Pessoal Ativo	15.535.662,15	12.369.537,17	12.144.636,44	11.606.986,27	11.673.315,94	11.518.327,55	16.430.869,08	12.545.711,01	12.212.359,19	12.121.328,92	12.311.463,29	22.068.106,98	162.258.505,99	466.404,07
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.933.842,70	10.035.426,65	9.851.243,86	9.535.367,87	9.416.813,59	9.252.854,99	13.905.407,62	10.149.195,30	9.860.288,05	9.781.732,21	9.801.472,63	17.074.561,11	131.658.208,58	466.404,07
Obrigações Patronais	2.401.819,45	2.344.110,52	2.313.390,58	2.071.618,40	2.256.702,35	2.265.472,56	2.525.461,46	2.396.515,71	2.352.071,14	2.339.596,71	2.339.990,66	4.993.545,87	30.600.295,41	0,00
Benefícios Previdenciários	7.054.081,03	7.151.152,36	7.605.514,17	7.785.095,77	7.593.403,99	7.553.025,54	10.830.060,96	8.177.351,57	8.348.340,91	8.426.831,42	8.139.734,94	12.872.012,65	101.517.805,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.589.555,15	5.622.308,99	6.101.565,05	6.273.794,31	5.978.630,76	6.018.947,30	9.293.367,99	6.650.697,25	6.736.450,35	6.767.104,29	6.575.779,18	11.297.992,86	82.906.191,48	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.464.525,88	1.508.843,37	1.503.951,12	1.511.901,46	1.614.773,24	1.534.678,24	1.536.692,97	1.526.654,32	1.611.890,56	1.659.327,15	1.563.955,76	1.574.019,79	18.611.613,83	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (S 1º do art. 19 da LRF)	4.578.829,41	2.052.657,96	4.777.397,92	4.542.333,37	4.292.163,60	3.944.512,00	4.371.619,17	4.632.029,42	4.639.147,80	4.514.507,20	4.213.818,12	10.262.958,39	56.821.973,36	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária I	726.328,69	543.814,59	850.455,51	747.044,62	424.757,48	311.235,00	980.559,36	683.578,79	538.058,15	542.364,67	377.997,67	852.815,23	7.578.809,56	0,00
Decorrencias de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	36.651,73	0,00	13.863,37	547,13	0,00	0,00	4.966,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.028,77	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.815.848,99	1.508.843,37	3.913.079,24	3.794.241,63	3.867.106,13	3.633.377,00	3.291.359,81	3.913.884,09	4.101.089,65	3.972.142,53	3.835.820,45	9.410.143,16	49.187.150,03	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.810.913,77	17.448.031,57	14.972.752,69	14.850.348,67	14.974.756,33	15.127.441,09	22.889.310,87	16.091.033,16	15.971.552,30	16.033.653,14	16.157.380,11	24.677.161,24	206.954.334,94	466.404,07
VALOR														
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL-														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	25.092.129.460,15													
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (XV) (S 13, art. 166, da CF)	13.862.400,00													
DESPESA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)	25.078.267.060,15													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b) 2	207.420.739,01													
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,0000													
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,8550													
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	214.419.183,36													
FONTE: TC/SC/DAF - Relatórios do SIGEP/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal / Módulos de Programação e Execução Orçamentária.	203.133.963,19													
% SOBRE A RCL AJUSTADA														
0,8271														
0,9000														
0,8550														
214.419.183,36														
0,8100														

Notas:

- 1 - Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência pago aos servidores e membros (RS 2.559.495,09), caracterizado juridicamente como verba indenizatória, consoante decisão plenária proferida em 06/12/2017, no processo CON 17/00678660.
- 2 - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende apenas os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma, embora impactem no caixa do Tribunal de Contas, para fins de verificação dos limites da LRF, não devem ser considerados no cálculo os valores referentes a verbos indenizatórios, como diárias, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como as despesas com serviços terceirizados, registradas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Além disso, é importante ressaltar que o artigo 19 da LRF estabelece que não devem ser computados como despesas com pessoal os inativos e pensionistas custeados por recursos próprios do RPPS, bem como as despesas judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.
- 3 - Restos a Pagar não Processados, inscritos no exercício de 2019, no valor de R\$ 466.404,07.

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TABELA II - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE/2019

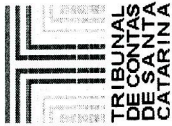
Período: janeiro a dezembro de 2019

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b")

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes Da Inscrição Em Restos A Pagar Não Processados Do Exercício)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscrições Por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios de Exercícios Anteriores						(f) = (a) - ((b) + (c) + (d) + e)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(g)					
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	39.659.995,22	-	236.525,30	-	38.539,80	-	39.384.930,12	3.498.232,47	-	35.886.697,65	
0100- Recursos Ordinários - Recursos do Tesouro/RLD	39.253.324,47	-	236.525,30	-	38.539,80	-	38.978.259,37	3.498.232,47	-	35.480.026,90	
0101 - Recursos Ordinários - Diversos	16.317,84	-	-	-	-	-	16.317,84	-	-	16.317,84	
0260 - Recursos Patrimoniais Primários - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	32.341,30	-	-	-	-	-	32.341,30	-	-	32.341,30	
0281 - Remuneração de Disponibilidade Bancária - Legislativo	358.011,61	-	-	-	-	-	358.011,61	-	-	358.011,61	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	39.659.995,22	-	236.525,30	-	38.539,80	-	39.384.930,12	3.498.232,47	-	35.886.697,65	

Fonte: TCESC/DAF - Relatório da Apuração do Superávit ou Déficit Financeiro (SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal / Módulo de Programação e Execução Financeira)





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TABELA III - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE/2019

Período: janeiro a dezembro de 2019

LRF, art.48 - Anexo 6

R\$

	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE / SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		25.092.129.460,15	
Receita Corrente Líquida Apurada		25.078.267.060,15	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		207.420.739,01	0,8271
Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 0,9000%		225.704.403,54	0,9000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,8550%		214.419.183,36	0,8550
Limite de Aleria (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,8100%		203.133.963,19	0,8100
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		3.498.232,47	35.886.697,65

Fonte: TCESC/DAF - Relatórios do SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal / Módulos de Programação e Execução Financeira e de Execução Orçamentária.

Florianópolis, 21 janeiro de 2020.


Edison Steven

Diretor da DGAD


Raul Fernando Fernandes-Ferreira

Diretor da DAF, em exercício


Andreza Schmidt Silva

Coordenadora da CONT